
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

celebrada entre

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS,
na qualidade de emissora;

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na qualidade de agente fiduciário

e

FOZ DO BRASIL S.A.
na qualidade de garantidora

em 23 de abril de 2013

ÍNDICE

CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO	5
CLÁUSULA 2 - REQUISITOS	5
2.1 Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e da RCA da FCNP e Ata da RCA da Garantidora.....	6
2.2 Arquivamento da Escritura de Emissão.....	6
2.3 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").....	6
2.4 Registro para Distribuição e Negociação	6
2.5 Constituição e Aperfeiçoamento das Garantias	7
CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	7
3.1 Objeto Social da Emissora.....	7
3.2 Destinação dos Recursos	7
3.3 Número da Emissão.....	8
3.4 Número de Séries.....	8
3.5 Valor Total da Emissão	8
3.6 Quantidade de Debêntures.....	8
3.7 Banco Liquidante e Escrirador Mandatário.....	8
3.8 Imunidade de Debenturistas	9
CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	9
4.1 Características Básicas	9
4.2 Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures	12
4.3 Remuneração das Debêntures.....	12
4.4 Amortização do Valor Nominal Unitário	18
4.5 Pagamento da Remuneração das Debêntures	19
4.6 Condições de Pagamento.....	20
4.7 Publicidade	21
4.8 Garantias.....	21
4.9 Repactuação.....	28
4.10 Aquisição Facultativa	28
4.11 Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate Antecipado	28
CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO	32
5.1 Eventos de Inadimplemento	32
5.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis	37

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials "MDR".

CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA	38
6.1 Obrigações Adicionais.....	38
CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS.....	45
CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO	48
8.1 Nomeação do Agente Fiduciário	48
8.2 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário.....	48
8.3 Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário.....	51
8.4 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário.....	53
8.5 Substituição do Agente Fiduciário	58
CLÁUSULA 9 - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	59
9.1 Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.....	60
9.2 Quoruns de Instalação e Deliberação	60
CLÁUSULA 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS	62
10.1 Renúncia	62
10.2 Custos de Registro	62
10.3 Comunicações.....	62
10.4 Lei Aplicável	65
10.5 Foro.....	65
10.6 Disposições Finais	65

* * *

(restante da página intencionalmente deixado em branco)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "MDB" and other illegible marks.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS S.A., sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 312 Sul, Avenida LO-05, S/N, Plano Diretor Sul (antiga ASR SE 35 Gleba Área B), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 25.089.509/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Tocantins ("JUCETINS") sob o NIRE 1730000006-0, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures desta 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, qualquer deles individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de garantidora,

FOZ DO BRASIL S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 31º andar, parte, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.437.097/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300358775, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Garantidora"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e Garantia Adicional Fidejussória a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins” (“Escritura de Emissão”), conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 - AUTORIZAÇÃO

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária e garantia adicional fidejussória a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) objeto desta Escritura de Emissão, é celebrada de acordo com a deliberação e aprovação das condições da Emissão tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 21 de março de 2013 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). A outorga das garantias reais em segundo grau a serem constituídas pela Foz Centro Norte Participações S.A., (“FCNP”) nos moldes da Cláusula 4.8.4 abaixo será deliberada e aprovada por meio de Reunião do Conselho de Administração da FCNP (“RCA da FCNP”). A outorga pela Garantidora da garantia fidejussória na forma de fiança do percentual de 51% (cinquenta e um por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.8.2 abaixo, e a outorga pela Garantidora da garantia fidejussória na forma de fiança do percentual de 100% (cem por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, será realizada e aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Garantidora em 21 de maio de 2013 (“RCA da Garantidora”).

CLÁUSULA 2 - REQUISITOS

A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações:

2.1 Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e da RCA da FCNP e da RCA da Garantidora

A ata da AGE será arquivada na JUCETINS e publicada no Diário Oficial do Estado de Tocantins e no jornal “Jornal do Tocantins”, nos termos da legislação aplicável. A ata da RCA da FCNP e a ata da RCA da Garantidora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário do Comércio”, nos termos da legislação aplicável.

2.2 Arquivamento da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCETINS, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3 Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.3.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.3.2 A Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor desde 1º de junho de 2011.

2.4 Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1 As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da

CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2 Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 respectivamente, da Instrução CVM 476, observando ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5 Constituição e Aperfeiçoamento das Garantias

2.5.1 Os contratos de constituição das garantias previstas na Cláusula 4.8 abaixo serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Palmas, Estado de Tocantins (“Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes”), bem como no livro de registro de ações nominativas da Emissora, conforme o caso.

CLÁUSULA 3 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social: (a) a implantação, a construção de sistemas e a exploração dos serviços de água potável e de esgoto sanitário nos municípios ou localidades em que detiver, a qualquer título, autorização, permissão ou contrato de concessão outorgados pelo poder concedente local, podendo ainda complementar sua atuação em atividades afins na área de saneamento básico; e (b) a participação no capital de outras empresas do setor de saneamento básico.

3.2 Destinação dos Recursos

A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão será destinada (a) ao integral pagamento do saldo em aberto das seguintes cédulas de crédito bancário emitidas pela Emissora em favor do

Banco da Amazônia S.A. (“BASA”): (i) Cédula de Crédito Bancário FII-G-Nº127-08/0033-4, no valor de R\$ 14.713.018,92 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, dezoito reais e noventa e dois centavos), emitida em 17 de julho de 2008 e com vencimento final para 10 de julho de 2028; (ii) Cédula de Crédito Bancário FII-G-Nº127-09/0180-07, no valor de R\$ 1.688.755,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais), emitida em 04 de setembro de 2009 e com vencimento final em 10 de setembro de 2029; e (iii) Cédula de Crédito Bancário FII-G-Nº127-09/0119-0, no valor de R\$ 67.217.507,00 (sessenta e sete milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e sete reais), emitida em 04 de setembro de 2009 e com vencimento final em 10 de setembro de 2029; e (b) ao pagamento de custos relacionados à Emissão e ao pagamento de outras despesas da Companhia.

3.3 Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.4 Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.5 Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.6 Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 55 (cinquenta e cinco) Debêntures.

3.7 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante e escriturador mandatário da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e/ou “Escriturador Mandatário”).

3.8 Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis, conforme definido abaixo, antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, a documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA 4 - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 4.5 abaixo (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Colocação.

4.1.2.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Votorantim S.A. (“Coordenador Líder”), nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação e Colocação com Esforços Restritos da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Quirografária e Garantia Adicional Fidejussória a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins.” (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores

Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

4.1.2.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 409”), observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.2.4 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das garantias previstas nas Cláusulas 4.8.2 e 4.8.4 abaixo.

4.1.2.5 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.1.2.6 A Emissora obriga-se, até a data de apresentação da comunicação de encerramento da Oferta para a CVM a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na

Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.1.2.7 Para os fins da presente Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou qualquer outro dia no qual não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

4.1.2.8 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.1.2.9 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.1.2.10 Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.1.3 Forma. As Debêntures são nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4 Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular.

4.1.5 Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária e garantia adicional fidejussória a ser transformada em espécie com garantia real, conforme disposto nesta Escritura de Emissão.

4.1.6 Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será 23 de abril de 2013 (“Data de Emissão”).

4.1.8 Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 106 (cento e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 23 de janeiro de 2022 (“Data de Vencimento”), ressalvada a hipótese de (a) declaração de vencimento antecipado, ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo, ou (c) da Aquisição Facultativa, conforme aplicável, quando o pagamento da Remuneração das Debêntures deverá ser realizado conforme o disposto nas Cláusulas 5.1 abaixo, respectivamente.

4.2 Condições de Subscrição e Integralização das Debêntures

4.2.1 Preço de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, calculado com 08 (oito) casas decimais (“Preço de Subscrição”).

4.2.2 Forma e Prazo de Forma de Subscrição e Integralização. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data (“Data de Subscrição e Integralização”).

4.3 Remuneração das Debêntures

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.3.1 Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.3.2 Juros Remuneratórios. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios (“Remuneração”) correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, *over extra-grupo* (“Taxa DI”), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 4,60% (quatro inteiros e sessenta centésimos por cento), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada a de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), a partir da Data de Emissão, ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial, utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo). O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI-Over expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixo, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Handwritten notes:
 84
 MDB

onde:

spread = 4,60 (quatro inteiros e sessenta centésimos); e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “n” um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.3.3 Indisponibilidade Temporária da Taxa DI-Over. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI-Over for superior ao prazo de 10 (dez)

dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.3.4 seguinte quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.3.4 Indisponibilidade Não Temporária da Taxa DI-Over. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou mesmo no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI-Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9.1.1 abaixo) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.3.4.1 Caso a Taxa DI-Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, a última Taxa DI-Over divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.3.4.2 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito,

no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:

- (i) resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível; ou
- (ii) amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em Circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures em Circulação, as Debêntures em Circulação farão jus à remuneração já definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 4.3.4 acima.

4.3.5 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.3.6 Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures.

4.3.7 Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures aplicável em cada Período de Capitalização, consideradas as amortizações do Valor Nominal Unitário conforme previsto na Cláusula 4.4, bem como a capitalização de juros relativa ao Primeiro Período de Remuneração, conforme dispõe a Cláusula 4.5 a seguir.

4.4 Amortização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas trimestrais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo (sendo cada uma de tais datas uma “Data de Amortização”):

PARCELAS	DATAS DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
1ª	23/05/2013	1,8000%
2ª	23/08/2013	0,9000%
3ª	23/11/2013	0,9000%
4ª	23/02/2014	0,9000%
5ª	23/05/2014	1,1250%
6ª	23/08/2014	1,1250%
7ª	23/11/2014	1,1250%
8ª	23/02/2015	1,1250%
9ª	23/05/2015	1,5000%
10ª	23/08/2015	1,5000%
11ª	23/11/2015	1,5000%
12ª	23/02/2016	1,5000%
13ª	23/05/2016	2,3125%
14ª	23/08/2016	2,3125%
15ª	23/11/2016	2,3125%
16ª	23/02/2017	2,3125%

PARCELAS	DATAS DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
17ª	23/05/2017	2,3125%
18ª	23/08/2017	2,3125%
19ª	23/11/2017	2,3125%
20ª	23/02/2018	2,3125%
21ª	23/05/2018	3,2500%
22ª	23/08/2018	3,2500%
23ª	23/11/2018	3,2500%
24ª	23/02/2019	3,2500%
25ª	23/05/2019	3,7500%
26ª	23/08/2019	3,7500%
27ª	23/11/2019	3,7500%
28ª	23/02/2020	3,7500%
29ª	23/05/2020	4,5000%
30ª	23/08/2020	4,5000%
31ª	23/11/2020	4,5000%
32ª	23/02/2021	4,5000%
33ª	23/05/2021	5,1250%
34ª	23/08/2021	5,1250%
35ª	23/11/2021	5,1250%
36ª	23/01/2022	5,1250%

4.5 Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.5.1 Observado o disposto na Cláusula seguinte, a Remuneração das Debêntures será devida desde a Data de Emissão ou a data de pagamento imediatamente anterior, conforme o caso, e será paga de forma trimestral ao final de cada Período de Capitalização, devendo o primeiro pagamento ser realizado no dia 23 de maio de 2013 e o último no dia 23 de janeiro de 2022, salvo em caso de liquidação antecipada das Debêntures resultante (a) do vencimento antecipado das Debêntures, em

[Handwritten signatures and initials]
MDB

razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento; ou (b) do Resgate Antecipado Facultativo, quando então o pagamento da Remuneração deverá ser realizado conforme o disposto nas Cláusulas 4.11 e 5.1 abaixo, respectivamente.

4.6 Condições de Pagamento

4.6.1 Forma de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados nas datas estabelecidas para seus vencimentos, conforme o disposto nas Cláusulas 4.4 e 4.5 acima, por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia eletrônica vinculada à CETIP.

4.6.2 Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, ressalvados os casos em que os pagamentos ocorram através da CETIP onde só serão prorrogados quando coincidirem com Sábado, Domingo e feriados nacionais.

4.6.3 Multa e Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados *pro rata die* sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.6.4 Atraso no Recebimento dos Pagamentos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6.3 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.7 Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Emissora; bem como na página da Emissora na Internet, qual seja www.saneatinscom.br sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo o prazo de manifestação dos Debenturistas, caso seja necessária nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, corresponder àquele estabelecido na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme o caso.

4.8 Garantias

4.8.1 O pagamento de todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão será garantido pelas garantias fidejussórias e reais abaixo descritas, observados os termos e condições da presente Cláusula 4.8.

4.8.1.1 O pagamento das Debêntures é desde já garantido pela garantia fidejussória constituída neste ato, nos termos da Cláusula 4.8.2 abaixo

4.8.1.2 Observado o prazo disposto na Cláusula 4.8.5, o pagamento das Debêntures será, adicionalmente, garantido pelas garantias reais constituídas nos termos da Cláusula 4.8.4 abaixo.

4.8.1.3 A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos e condições do Anexo I à

presente Escritura, para formalizar a transformação da espécie das Debêntures de quirografárias para com garantia real, ficando desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do referido aditamento. A celebração do aditamento aqui previsto deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias contados do registro dos respectivos contratos de constituição das garantias reais, conforme previsto na Cláusula 4.8.3, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão. A formalização da transformação da espécie das Debêntures de quirografária para com garantia real ocorrerá, por meio de celebração de aditamento a esta Escritura de Emissão e de seu registro na JUCETINS e nos Cartórios de Títulos e Documentos Competentes.

4.8.2 Fiança. As Debêntures são garantidas por fiança corporativa irrevogável e incondicional de 51% (cinquenta e um por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na data de subscrição e integralização das Debêntures, a ser constituída neste ato, prestada pela Garantidora qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, e será alterada para o percentual de 100% (cem por cento) da dívida da Companhia representada pelas Debêntures, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados após a data de subscrição e integralização das Debêntures. A Garantidora que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obriga, perante os Debenturistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagador das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 821, 827, 834, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança").

4.8.2.1 A fiança deverá garantir o pontual pagamento da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, na Data de Amortização, em qualquer data de pagamento da Remuneração das Debêntures ou na Data de Vencimento, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais incorridas pelo Agente Fiduciário na execução das garantias previstas nesta Escritura de Emissão, apurado na data da execução da fiança ("Valor Garantido").

4.8.3 A Garantidora prestará fiança no percentual de 51% (cinquenta e um por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures aqui referida e será alterada para o percentual de 100% (cem por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados após a data de subscrição e integralização das Debêntures, em caráter irrevogável e irretratável, sendo automaticamente liberada, nos termos previstos na presente Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, após o envio dos documentos ao Agente Fiduciário que comprovem cumulativamente a ocorrência dos seguintes eventos:

- (i) (A) obtenção, pela Emissora, de carta ou qualquer outra comunicação expressa contendo a firme intenção da Caixa Econômica Federal de financiar os investimentos da Emissora referentes a municípios cuja prestação de serviços e obras representem, em conjunto e incluindo os Municípios de Palmas e Araguaína, aproximadamente 80% (oitenta por cento) do total do faturamento da Emissora, sendo tal financiamento no valor mínimo aproximado de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) e (B) contratação de financiamento, pela Emissora, comprovada mediante apresentação dos documentos e garantias do referido financiamento assinados, que apresente as seguintes características ("Financiamento Sênior"):

a) credor: Caixa Econômica Federal ou outra instituição financeira pública ou multilateral;

b) prazo: mínimo de 12 (doze) anos;

c) finalidade: compor o plano de investimentos da Saneatins em relação exclusivamente aos Municípios de Palmas e Araguaína; e

d) valor total: aproximadamente R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) englobando os montantes referentes aos Municípios de Palmas e Araguaína;

- (ii) implementação das Condições Suspensivas (conforme descrita na Cláusula 4.8.5 abaixo);

- (iii) celebração do Contrato de Suporte de Acionista em termos satisfatórios aos Debenturistas, por meio do qual a FCNP e a Garantidora assumirão a obrigação de realizar aporte ou disponibilizar capital ou outra forma de disponibilização de recursos na exata medida dos recursos necessários, nas hipóteses e nos termos do respectivo contrato de suporte de acionista até a liquidação de todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão e respeitados os limites máximos de disponibilização de recursos a serem estabelecidos no referido contrato, quais sejam: R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais) até 2013 e R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) a partir de 2014 (“Contrato de Suporte de Acionista”); e
- (iv) verificação pelo Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias a contar da ocorrência dos eventos descritos nos itens (i), (ii), (iii) acima, do atendimento, pela Emissora, do ICSD superior a 1,30X, calculado e auditado conforme fórmula de cálculo prevista no Anexo II à presente Escritura de Emissão. Para tanto, deverá ser encaminhado ao Agente Fiduciário, relatório demonstrando a apuração do ICSD, com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício auditadas, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.8.3.1 Observado a liberação estabelecida na Cláusula 4.8.3 acima, a Garantidora obriga-se a pagar o Valor Garantido no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contado da data do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando o inadimplemento pela Emissora das obrigações por ela assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, desde que não sanado no respectivo prazo de cura, conforme aplicável, exceto na hipótese de pedido de autofalência da Emissora ou pedido de falência da Emissora não elidido no prazo legal, quando o valor devido será pago pelo Garantidor no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ao Garantidor solicitando o respectivo pagamento. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora tenha ou possa ter ou

exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão.

4.8.3.2 O pagamento da fiança deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.

4.8.3.3 A fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.8.3.4 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.8.3.5 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado, entretanto, que a Garantidora desde já concorda e obriga-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor que venha a honrar nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

4.8.3.6 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.8.3.7 A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, em virtude da fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, deverá ser levada a registro, pela Emissora, em até 1 (um) Dia Útil contado do seu registro na JUCETINS, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Palmas, Estado de Tocantins, conforme previsto na Cláusula 2.5 acima e nos termos da legislação aplicável, sendo que a

obtenção de tal registro não poderá ultrapassar o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura desta Escritura de Emissão ou de seus eventuais aditamentos. No prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o registro desta Escritura de Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original do documento devidamente registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da cidade de Palmas, Estado de Tocantins.

4.8.3.8 A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8.4 Garantias Reais: Observado o implemento das Condições Suspensivas estabelecidas na Cláusula 4.8.5 abaixo, o pagamento das Debêntures será garantido pelas garantias reais listadas abaixo (“Garantias Reais”):

- (i) penhor de segundo grau, sob condição suspensiva, da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da FCNP, nos termos estabelecidos no “Contrato de Penhor de Segundo Grau sob Condição Suspensiva de Ações da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins S.A.”, a ser celebrado entre a FCNP e o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora (“Penhor de Ações” e “Contrato de Penhor de Ações”, respectivamente); e
- (ii) penhor de segundo grau, sob condição suspensiva, da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos que vierem a ser pagos pela Emissora à FCNP, advindos das ações empenhadas por meio do Penhor de Ações, nos termos estabelecidos no “Contrato de Penhor de Segundo Grau sob Condição Suspensiva de Dividendos da Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins S.A.”, a ser celebrado entre a FCNP e o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Emissora (“Penhor de Dividendos” e “Contrato de Penhor de Dividendos”, respectivamente).

4.8.5 Condição Suspensiva: A validade e a eficácia das Garantias Reais previstas nos itens (i) e (ii) acima estão condicionadas a ocorrência dos seguintes eventos:

(i) ao pagamento do valor remanescente das notas de crédito emitidas em favor do BASA, descritas na Cláusula 3.2 acima, com a consequente liberação das garantias constituídas no âmbito de tais dívidas; e

(ii) a constituição de penhor em primeiro grau em garantia ao Financiamento Sênior (a) da totalidade das ações de emissão da Emissora de titularidade da FCNP; e (b) da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos a serem pagos pela Emissora à FCNP, e o registro e averbação de tais contratos nos livros societários e nos Cartórios de Registro de Títulos de Documentos Competentes.

4.8.5.1 A Emissora compromete-se a informar ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência da última Condição Suspensiva, sobre o implemento de todas as Condições Suspensivas conforme descritas na Cláusula 4.8.5 acima.

4.8.6 Mediante a ocorrência do evento relacionado acima, o penhor em segundo grau, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, passara a ser válido e eficaz e garantirá o cumprimento do Valor Garantido, de acordo com os termos e condições deste Contrato.

4.8.7 A implementação das Condições Suspensivas, descritas na Cláusula 4.8.5 acima, deverão ser realizadas, sob pena de declaração de vencimento antecipado das Debentures nos termos da Cláusula 5 abaixo: (i) em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, para o cumprimento da Condição Suspensiva descrita no item (i) da Cláusula 4.8.5 acima; e (ii) em até 360 (trezentos e sessenta) Dias Úteis contados da Data de Subscrição e Integralização das Debêntures, para o cumprimento da Condição Suspensiva descrita no item (ii) da Cláusula 4.8.5 acima.

4.8.8 As Garantias Reais serão compartilhadas de forma *pari passu*: (a) em primeiro grau, com o credor do Financiamento Sênior; e (b) em segundo grau, (i) com os titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Debêntures da 1ª Emissão da Saneatins"); e (ii) com os titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Foz Centro Norte Investimentos S.A. ("FCNI" e "Debêntures da 1ª Emissão da FCNI", respectivamente), em razão da incorporação pela Emissora da FCNI e consequente sucessão por incorporação das Debêntures da 1ª Emissão da FCNI.

4.9 Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.10 Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir até 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas conforme previsto nesta Cláusula 4.10 poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.10, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicáveis às demais Debêntures em Circulação.

4.11 Resgate Antecipado Facultativo e Oferta de Resgate Antecipado

4.11.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir de 24 de fevereiro de 2015, inclusive, mediante aviso aos Titulares de Debêntures, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da respectiva

data do evento, promover o resgate antecipado da totalidade ou de parte das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), não poderá ser recusado pelos Debenturistas. O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento aos Debenturistas do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) da comissão de resgate antecipado incidente sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures indicadas na tabela abaixo:

RESGATE ANTECIPADO REALIZADO A PARTIR DE (INCLUSIVE)	PRÊMIO DE RESGATE ANTECIPADO ACRESCIDA SOBRE O SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES
23/02/2015	1,4200%
23/05/2015	1,3700%
23/08/2015	1,3200%
23/11/2015	1,2700%
23/02/2016	1,2200%
23/05/2016	1,1700%
23/08/2016	1,1200%
23/11/2016	1,0700%
23/02/2017	1,0200%
23/05/2017	0,9700%
23/08/2017	0,9100%
23/11/2017	0,8600%
23/02/2018	0,8100%
23/05/2018	0,7600%
23/08/2018	0,7100%
23/11/2018	0,6600%
23/02/2019	0,6100%
23/05/2019	0,5600%
23/08/2019	0,5100%

RESGATE ANTECIPADO REALIZADO A PARTIR DE (INCLUSIVE)	PRÊMIO DE RESGATE ANTECIPADO ACRESCIDA SOBRE O SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES
23/11/2019	0,4600%
23/02/2020	0,4100%
23/05/2020	0,3600%
23/08/2020	0,3100%
23/11/2020	0,2600%
23/02/2021	0,2000%
23/05/2021	0,1500%
23/08/2021	0,1000%
23/11/2021	0,0500%

4.11.2 Até 23 de fevereiro de 2015, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para a aceitação da oferta de resgate antecipado, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”):

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 9.1.4 abaixo (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o item “v” abaixo, ou atendimento em ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado Facultativo); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista, observadas as regras da Cláusula 4.11.1 acima; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a

serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, observado o disposto no item “iii (b)” abaixo; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, a qual terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- (iv) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate ou ao Saldo do Valor Nominal das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo, observadas as disposições da Cláusula 4.11.1 acima; e
- (v) caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e o número de Debenturistas que tenham aderido à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo seja

maior do que o número ao qual a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido no competente Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência sobre a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo.

4.11.3 Para as Debêntures custodiadas na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.11.4 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso dos titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

CLÁUSULA 5 - VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Eventos de Inadimplemento

5.1.1 Observado o disposto na Cláusula 5.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior e/ou da Data de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil, contados da data do respectivo vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, que seja relevante e material, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados do referido descumprimento;
- (iii) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas seja parte, na qualidade de devedora, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação prevista no *caput* desta Cláusula e desde que a exigibilidade do pagamento não esteja suspensa;
- (iv) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Garantidora seja parte, na qualidade de devedora, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua

ausência, em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da notificação prevista no *caput* desta Cláusula e desde que a exigibilidade do pagamento não esteja suspensa;

- (v) protesto de títulos contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (vi) protesto de títulos contra a Garantidora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo protesto;
- (vii) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (ii) a decretação de falência da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros contra a Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, e desde que tal pedido não seja devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito judicial, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora, sua controladora e/ou quaisquer de suas controladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, sua

controladora e/ou quaisquer de suas controladas, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

- (viii) mudança, direta ou indireta, do controle da Emissora, conforme o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, não configurando mudança de controle eventual reestruturação societária dentro do grupo econômico do qual a Emissora faz parte;
- (ix) caso a Emissora e/ou suas controladas contrate novos endividamentos sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto por (a) financiamentos de curto prazo no valor máximo equivalente a três meses de faturamento da Emissora conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora (“Empréstimos de Curto Prazo”); (b) endividamentos decorrentes da emissão de títulos de dívidas, pela Emissora ou por suas controladas, para aquisição de ações de emissão da Emissora detidas pelo Governo do Estado do Tocantins, representativas de 23,48% (vinte e três inteiros e quarenta e oito centésimos por cento) do capital social da Emissora (“Empréstimo para Aquisição de Ações da Emissora de Titularidade do Governo”); (c) Financiamento Sênior e os demais financiamentos necessários para cumprimento integral de todos os investimentos da Emissora previstos para os próximos 10 (dez) anos, cujo montante total aproximado é de R\$ 880.000.000,00 (oitocentos e oitenta milhões de reais), com vistas a incrementar o nível de atendimento de água para 99% (noventa e nove por cento) da população a partir do ano de 2013, e incrementar gradativamente o nível de atendimento de esgoto para até 77% (setenta e sete por cento) da população no ano de 2021 (“Plano de Investimentos da Emissora”), financiamentos estes que poderão ser “seniores” com prioridade de garantia e pagamento em relação a qualquer dívida da Emissora e/ou suas controladas (sendo tais financiamentos em conjunto com o Financiamento Sênior denominados “Financiamentos para o Plano de Investimentos”); e (d) o empréstimo tomado com instituições financeiras de primeira linha para adiantar parte dos recursos a serem captados pelos Financiamentos para o Plano de Investimentos (“Empréstimo-Ponte para os Financiamentos para o Plano de Investimentos”);

- (x) caso a Fiança nos termos da Cláusula 4.8.2 acima seja considerada sem efeito ou validade, por sentença judicial, sem que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, tomem as providências necessárias para sanar eventual irregularidade e/ou garantir sua validade, dentro de um prazo razoável a ser determinado pelos Debenturistas, mas nunca inferior ao prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação prevista no *caput* desta Cláusula;
- (xi) caso as Garantias, nos termos da Cláusula 4.8.4 acima, não sejam devidamente constituídas ou venham a ser consideradas sem efeito ou validade, por sentença judicial, sem que a Emissora e/ou a Garantidora, conforme aplicável, tomem as providências necessárias para sanar eventual irregularidade e/ou garantir sua validade, dentro de um prazo razoável a ser determinado pelos Debenturistas, mas nunca inferior ao prazo de cura de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação prevista no *caput* desta Cláusula;
- (xii) caso a Emissora deixe de apresentar, até 30 (trinta) dias contados da Data de Subscrição e Integralização, comprovante de aplicação dos recursos da presente emissão na forma prevista na Cláusula 3.2 acima;
- (xiii) não atendimento do ICSD maior ou igual a 1,30X, mensurado anualmente, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da notificação do respectivo descumprimento;
- (xiv) descumprimento das obrigações de aporte de capital previstas no Contrato de Suporte de Acionista;
- (xv) não apresentação ao Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Data de Subscrição e Integralização, dos comprovantes dos arquivamentos na JUCESP das:
(i) ata da RCA da FCNP; e (ii) ata da RCA da Garantidora;
- (xvi) a não constituição pela Garantidora de fiança de 100% (cem por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados após a data de subscrição e integralização das Debêntures; e

(xvii) não apresentação ao Agente Fiduciário de nova procuração com prazo de validade de 1 (um) ano, nos termos e condições constantes como Anexo II ao Contrato de Penhor de Ações, ao Agente Fiduciário, dentro do prazo estabelecido na alínea “xxviii” da Cláusula 6.1 abaixo.

5.2 Vencimento Antecipado Automático e Não Automático - Procedimentos Aplicáveis

5.2.1 A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas (i), (iii), (iv), (vii), (ix), (x) e (xi) da Cláusula 5.1 acima, desde que não sanados nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

5.2.2 Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 5.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.4 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3, abaixo.

5.2.3 A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4 Adicionalmente, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, conforme o caso.

5.2.5 Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário, ou os Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do

vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9.1.4 desta Escritura de Emissão e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula 5.2.3 acima. Caso, após 30 (trinta) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento a Assembleia Geral de Debenturistas não tiver sido convocada, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1 acima.

5.2.6 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures.

CLÁUSULA 6 - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

6.1 Obrigações Adicionais

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e na legislação em vigor, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora e a Garantidora, conforme aplicável, obrigam-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emissão e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as seguintes obrigações:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
 - c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em

sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 3 (três) Dias Úteis ao Coordenador líder da oferta e ao Agente Fiduciário;
- g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- h) enviar imediatamente à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos subitens (c) e (d) acima; e
- i) encaminhar ao Agente Fiduciário dentro de, no máximo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua publicação, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social findo, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) o cálculo auditado do ICSD, conforme fórmula de cálculo prevista no Anexo II à presente Escritura de Emissão, com o relatório demonstrando a apuração do ICSD, baseado nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício auditadas, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (3) declaração dos representantes da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;

- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenham acesso irrestrito, em base razoável: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis;
- (iii) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP;
- (iv) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis aos titulares das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) e ao Agente Fiduciário a ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (v) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e aos titulares das Debêntures em Circulação qualquer fato que seja do seu conhecimento e possa vir a afetar negativamente e de forma relevante seu desempenho financeiro e/ou operacional;
- (vi) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades a exclusivo critério da Emissora, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ou que estejam sendo discutidas administrativa ou judicialmente de boa-fé;
- (vii) exceto com relação àqueles pagamentos questionados na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal e de todas as obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, cujo não pagamento resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

- (viii) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (ix) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade das Debêntures; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (x) contratar e manter contratada, às suas expensas, desde que solicitado por escrito pelo Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas, e no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento de tal solicitação, pelo menos uma agência de *rating* para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, em relação à respectiva classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de *rating*; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de *rating* contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá: (x) contratar outra agência de *rating* sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de *rating* seja a S&P, a Moody's ou a Fitch; ou (y) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturista para que estes definam a agência de *rating* substituta;
- (xi) contratar e manter contratados, às suas expensas, os demais prestadores de serviços necessários ao cumprimento das obrigações previstas nas Debêntures, quais sejam: (a) Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; (b) Agente Fiduciário; e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, CETIP21);

- (xii) colaborar com o Agente Fiduciário na elaboração dos relatórios destinados aos Debenturistas descritos no item (xiii) da Cláusula 8.4.1 abaixo, fornecendo para tanto o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas limitado à estrutura da Garantidora, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xiii) utilizar os recursos obtidos com a Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 3.2 acima;
- (xiv) notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data em que tiver ciência, por escrito, caso qualquer das declarações previstas e/ou as informações fornecidas, se tornarem imprecisas, incompletas ou não corresponderem mais à realidade;
- (xv) declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações por ela prestadas ao mercado durante a Oferta Restrita e, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas ou insuficientes, durante a vigência das Debêntures, notificar imediatamente e por escrito tal fato aos coordenadores da Oferta Restrita;
- (xvi) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora: (a) balanço patrimonial; (b) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (c)

demonstração do resultado do exercício; (d) demonstração de fluxo de caixa; (e) parecer da auditoria externa; e (f) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente à matéria;

- (xvii) não constituir qualquer ônus ou gravame, de qualquer espécie sobre os recursos a serem pagos pela Emissora à FCNP a título de dividendos e juros sobre capital próprio, bem como sobre os recursos decorrentes de redução de capital da Emissora devidos à FCNP, exceto para constituição do pacote de garantias no âmbito destas Debêntures, das Debêntures da 1ª Emissão da Saneatins, das Debêntures da 1ª Emissão da FCNI e/ou dos Financiamentos para o Plano de Investimentos;
- (xviii) não constituir qualquer ônus ou gravame, de qualquer espécie sobre as ações de emissão da Emissora detidas pela FCNP, exceto para constituição do pacote de garantias no âmbito destas Debêntures, das Debêntures da 1ª Emissão da Saneatins, das Debêntures da 1ª Emissão da FCNI e/ou dos Financiamentos para o Plano de Investimentos;
- (xix) não constituir qualquer ônus ou gravame, de qualquer espécie sobre os ativos imobilizados de propriedade da Emissora e/ou sobre os direitos creditórios dos quais a Emissora seja titular, além daqueles já existentes até a data do pagamento das Debêntures pela Emissora, exceto para constituição de garantias no âmbito (a) dos Financiamentos para o Plano de Investimentos, (b) dos Empréstimos de Curto Prazo, (c) do Empréstimo para Aquisição de Ações da Emissora de Titularidade do Governo, e (d) do Empréstimo-Ponte para os Financiamentos para o Plano de Investimentos;
- (xx) obrigação de manter total subordinação, em termos de garantias e prioridade de pagamento, do Empréstimo para Aquisição de Ações da Emissora de Titularidade do Governo em relação à dívida das Debêntures;
- (xxi) obrigação de repagamento do Empréstimo-Ponte para Financiamento Sênior através do Financiamento Sênior ou através de aporte de capital;

- (xxii) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não realizar transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxiii) fornecer ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente arquivadas na JUCETINS, em até 15 (quinze) dias corridos contados da respectiva data de registro na JUCETINS;
- (xxiv) enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não praticar qualquer ato ou negócio em desacordo com seu estatuto social ou não abrangido no seu objeto social;
- (xxv) manter válidas e regulares as licenças ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou na sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não, relativas às Debêntures e a fiança ora constituída, nos termos desta Escritura de Emissão, e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante");
- (xxvi) enquanto todos os valores devidos aos titulares das Debêntures não forem integralmente pagos, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa resultar em um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional;
- (xxvii) não efetuar pagamentos de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio caso a Emissora deixe de atender o ICSD maior ou igual a 1,30X, conforme previsto nos termos do Anexo II desta Escritura de Emissão; e
- (xxviii) apresentação ao Agente Fiduciário de nova procuração com prazo de validade de 1 (um) ano, nos termos e condições constantes como Anexo II ao Contrato de Penhor de

Ações, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis antes do término do prazo de seu vencimento.

CLÁUSULA 7 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

A Emissora, e a Garantidora neste ato, declaram e garantem nesta data, segundo seu conhecimento, após pesquisa razoável, que:

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura de Emissão e a cumprir as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura de Emissão constituirão obrigação legal, válida, vinculante e exigível, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão, a outorga da fiança e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, consentimento, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

- 48

que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora e não houve declaração ou pagamento, pela Garantidora, de dividendo ou distribuição de qualquer natureza relativa a qualquer espécie de ação de seu capital social;

- (x) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral ou inquérito, inclusive de natureza ambiental, envolvendo a Emissora ou a Garantidora, perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um Impacto Adverso Relevante na sua situação financeira ou nas suas operações de modo a afetar substancialmente sua capacidade de cumprir suas obrigações nesta Escritura de Emissão;
- (xi) nem a Emissora, a Garantidora ou qualquer de seus bens possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, ressalvadas quaisquer imunidades emanadas de normas vigentes relativas a bens ou serviços públicos que sejam aplicáveis à Emissora ou Garantidora;
- (xii) estão, e a todo tempo estiveram, em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, não tendo causado nem permitido o surgimento de qualquer responsabilidade, nos termos das mesmas e não há nenhuma circunstância que pudesse impedir a Emissora ou a Garantidora de cumprir ou interferir no cumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de tais leis e regulamentos ambientais e que resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante;
- (xiii) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades atuais, estando todas elas válidas ou em processo de renovação e cuja falta não resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante;

(xiv) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e cujo descumprimento não resulte ou possa resultar em Impacto Adverso Relevante; e

(xv) não há qualquer ligação entre a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

CLÁUSULA 8 - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 Nomeação do Agente Fiduciário

8.1.1 A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

8.2 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

8.2.1 O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui

previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (x) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário nos termos da legislação aplicável em vigor;
- (xi) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições;
- (xii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e

(xiv) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 1ª (primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, em duas séries da Lumina Jeceaba Engenharia Ambiental S.A. ("LUMINA"), com vencimento em 16 de março de 2021, em que foram emitidas 31 (trinta e uma) debêntures na 1ª e na 2ª série, totalizando 62 (sessenta e duas) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$62.000.000,00 (sessenta e duas milhões de reais). Até a presente data foi verificado eventos de amortização em 30/09/2011 da 1ª série e em 30/03/2012 da 2ª série, conforme previsão na Escritura de Emissão. Na data da emissão, as debêntures da LUMINA são garantidas por garantia fidejussória da Foz do Brasil S.A., termo de responsabilidade e prestação de garantia, celebrado entre a VSB a LUMINA, o BNDES e o Debenturista, penhor sobre as contas do InfraBrasil, penhor em segundo grau em favor do Debenturista de ações de emissão da LUMINA representativa da totalidade de seu capital social, penhor em segundo grau em favor do Debenturista de todas as máquinas e equipamentos a serem adquiridos e instalados na central de utilidades relativa ao Projeto nos termos do Contrato de Financiamento firmado com BNDES, penhor em segundo grau em favor do Debenturista de todos os valores creditados, a qualquer tempo na Conta Centralizadora, penhor em segundo grau em favor Debenturista dos direitos creditórios de que a Emissora é titular provenientes do Contrato DBOT celebrado entre a Emissora e VSB, e hipoteca em segundo grau sobre o direito real de superfície sobre imóvel, conforme previsão na escritura de emissão; e (ii) Debêntures da 1ª Emissão da FCNI, com vencimento em 27 de janeiro de 2022, em que foram emitidas 116 (cento e dezesseis) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de amortização. Na data da emissão, as debêntures da FCNI são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora e serão, nos termos da respectiva escritura de emissão garantidos por penhor da totalidade das ações de Emissão da Emissora de titularidade da FCNI, penhor da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos a serem pagos pela Emissora à Emissora, cessão fiduciária da Conta Vinculada, conforme previsão na escritura de emissão; (iii) Debêntures da 1ª Emissão da Saneatins, com vencimento em 27 de

11/11/2022
09:05:15

janeiro de 2022, em que foram emitidas 74 (setenta e quatro) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais). Até a presente data foi verificado evento de amortização. Na data de emissão, as debêntures da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora e serão, nos termos da respectiva escritura de emissão garantidos por penhor da totalidade das ações de Emissão da Saneatins de titularidade da FCNI, penhor da totalidade dos frutos, lucros, rendimentos, bonificações, juros, distribuições, dividendos, juros sobre capital próprio, recursos provenientes de redução de capital e demais direitos a serem pagos pela Emissora à FCNI, cessão fiduciária da conta vinculada, conforme previsão na escritura de emissão. As Debêntures da Emissora são da espécie quirografária a ser transformada em espécie com garantia real.

8.3 Exercício das Funções e Remuneração do Agente Fiduciário

8.3.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.2 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (i) parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- (ii) as parcelas citadas no item “i” supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- (iii) as parcelas citadas no item acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (iv) todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados e adiantados pelos Debenturistas se assim definido na competente decisão judicial, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- (v) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- (vi) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.3.3 A remuneração ao Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais

serão pagas pela Emissora, mediante pagamento das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, quais sejam: publicações em geral, *conference call* e contatos telefônicos, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

8.4 Deveres e Atribuições do Agente Fiduciário

8.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como nas demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas da mesma;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleias Gerais de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

.....
.....

- b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgates, amortizações e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto à Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão; e
 - i) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver.
- (xiv) calcular diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
- (xv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) na sede do Agente Fiduciário;
- c) na CETIP;
- d) na CVM; e
- e) na sede do Coordenador Líder.
- (xvi) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário a atender quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data em que tiver ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xx) responsabilizar-se integralmente pelas atividades de agente fiduciário a que se obrigou em razão de sua contratação como Agente Fiduciário, nos termos da

	4	5	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527
--	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão;
- (ii) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (v) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

4

- 57 -

2 MDB

INSTRUMENTO
DE EMISSÃO

independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.4.5 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.4.6 Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.7 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuarla, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.5 Substituição do Agente Fiduciário

[illegible]

9.1.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.2.3 abaixo) ou pela CVM.

9.1.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.1.4 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 2.1 desta Escritura de Emissão, ou outro veículo de grande circulação nas quais a Emissora costuma publicar seus atos, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.



9.1.5 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 8 (oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 5 (cinco) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

9.2.1 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.



MDA

MBI

9.2.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

ms /  

- 62 -

 MBB 

11.11.11
11.11.11

10.3.1 As comunicações a serem enviadas para a Emissora ou para o Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Companhia de Saneamento do Tocantins - Saneatins S.A.

Quadra 312 Sul, Avenida LO-05, S/N, Plano Diretor Sul (antiga ASR SE 35 Gleba Área B)

Cidade de Palmas

Estado do Tocantins,

At.: José Roberto Dowsley Correia Amorim Filho

Telefone: (63) 3218-3401

Fac-símile: (63) 3218-3419

E-mail: jramorim@saneatins.com.br

Cc p/ Foz do Brasil S.A.

Alameda Xingu, 350 – 18º andar

CEP: 06455-911

Alphaville/ Barueri – São Paulo /SP

Telefone: (11) 3173-2559 / (11) 3173-2500

Fax: (11) 3173-2617

Emails: schneider@fozdobrasil.com e investidor@foz.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

CEP 22640-102, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srª Nathalia

Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação)

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br /

middle@pentagonotrustee.com.br

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia – Cidade de Deus, s/no.
Prédio Amarelo 2º andar
CEP 06029-900
At.: Marcelo Poli
Tel.: 3684-7654
Fax: 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para o Escriturador Mandatário

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia – Cidade de Deus, s/no.
Prédio Amarelo 2º andar
CEP 06029-900
At.: Marcelo Poli
Tel.: 3684-7654
Fax: 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP**Cetip S.A. – Mercados Organizados**

**Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim
Paulistano
CEP 01452-001 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3111.1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br**

10.3.2 Exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo

JULIAN
10 05 13

remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.4 Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.5 Foro

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões por ventura oriundas desta Escritura de Emissão.

10.6 Disposições Finais

10.6.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2, obrigando as partes por si e por seus sucessores.

10.6.2 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.6.3 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem um título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

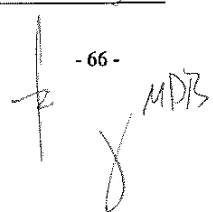
10.6.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra descrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 23 de abril de 2013.

(assinaturas seguem nas 4 (quatro) próximas páginas)



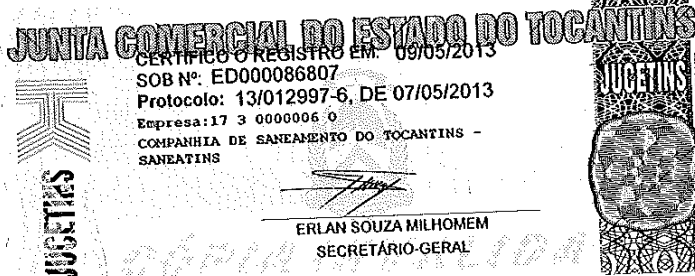
 - 66 - MDR

Journal of Management Education 30(6)p.789-804
© The Author(s) 2006
Reprints and permissions:
<http://www.sagepub.com/journalsPermissions.nav>

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

Cargo: **Maric Amaro da Silveira**
Diretor Presidente

Cargo: **Assista de C.Vale Andrade**
Diretora Técnica
Engº Civil CREA 2896/D-GO
SANEATINS



12 MDR 8

12º TABELÃO de NOTAS
Largo
Pélico
Cabo

(PÁGINA DE ASSINATURAS 2 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)

Pelo Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: ROBERTO BARTON TANIÃO
Cargo: PROCURADOR



Handwritten signature and the initials MDR.



(PÁGINA DE ASSINATURAS 3 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E GARANTIA ADICIONAL FIDELJUSSÓRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)

Pela Garantidora:



FOZ DO BRASIL S.A.

Nome:

RG:

Maurício Dantas Bezerra



Nome:

RG:

Renato Medeiros
Diretor

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA
15° Cartório de Notas
Bul. João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855, CEP: 04548-005
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) COM VALOR econômico
das MAURICIO DANTAS BEZERRA e RENATO ARAÚJO DE MEDEIROS

SAO PAULO, 24 de Abril de 2013. Total: R\$ 13,00 16:02:09

RENATO HERNANDEZ - ESCRIVENTE AUT.



AB370013

RENATO HERNANDEZ - ESCRIVENTE AUTORIZADO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/05/2013
SOB Nº: ED000086807
Protocolo: 13/012997-6, DE 07/05/2013
Empresa: 17 3 0000006 0
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS -
SANEATINS

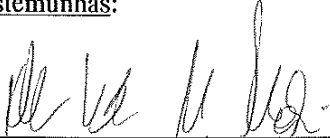
ERLAN SOUZA MILHOMEM
SECRETÁRIO-GERAL




Handwritten signatures and initials

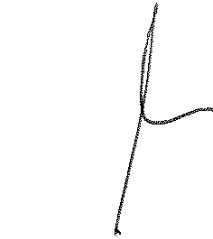

(PÁGINA DE ASSINATURAS 4 DE 4 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS.)

Testemunhas:


Nome: Kleber Victor M. Martins
RG: 3.039.500-4


Nome: LADISSA FAGUNHA
RG: 184033200





MBR

ANEXO I

[•] ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER TRANSFORMADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS

Pelo presente instrumento particular, na qualidade de emissora,

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS - SANEATINS S.A., sociedade sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na Quadra 312 Sul, Avenida LO-05, S/N, Plano Diretor Sul (antiga ASR SE 35 Gleba Área B), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 25.089.509/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Tocantins ("JUCETINS") sob o NIRE 1730000006-0, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

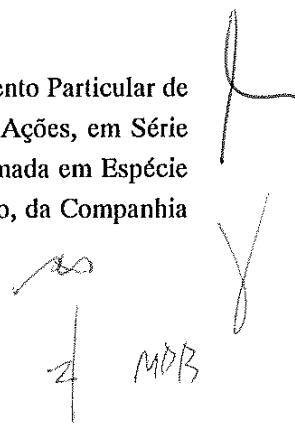
E, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures desta 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, qualquer deles individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de garantidora,

FOZ DO BRASIL S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 31º andar, parte, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.437.097/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300358775, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Garantidora"),

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o "[•] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e Garantia Adicional Fidejussória a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are three distinct marks: a large stylized signature, a smaller signature, and the initials 'MDR'.

de Saneamento do Tocantins – Saneatins” (“Aditamento”) ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e Garantia Adicional Fidejussória a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins (“Escritura”), conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado conforme a Cláusula 4.8.1.3 da Escritura, não sendo necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas e de Assembleia Geral Extraordinária da Emissora para sua realização.

CLÁUSULA II AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

1.3. Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de Tocantins, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA III ALTERAÇÕES

3.1. O presente Aditamento tem como objetivo formalizar a transformação da espécie das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária e garantia adicional fidejussória a ser transformada em espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, 2ª emissão da Emissora (“Debêntures”) de espécie quirografária e garantia adicional fidejussória para espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 4.8.1.3 da Escritura (“Transformação da Espécie das Debêntures”).

3.2. Em decorrência da Transformação da Espécie das Debêntures, resolvem as Partes alterar o título da Escritura, que passam a vigorar com as seguinte nova redação:

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS – SANEATINS”

ms
Y
7 MBB

3.3. Em decorrência da Transformação da Espécie das Debêntures, resolvem as Partes alterar o Preâmbulo da Escritura, que passam a vigorar com as seguinte nova redação:

"(...)

vêm, por esta e na melhor forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins" ("Escritura de Emissão"), conforme as seguintes cláusulas e condições:"

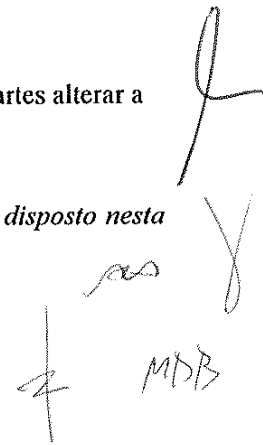
3.4. Em decorrência da Transformação da Espécie das Debêntures, resolvem as Partes alterar a Cláusula 1 da Escritura, que passam a vigorar com as seguinte nova redação:

"CLÁUSULA 1 – AUTORIZAÇÃO

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) objeto desta Escritura de Emissão, é celebrada de acordo com a deliberação e aprovação das condições da Emissão tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em [•] de [•] de 2013 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). A outorga das garantias reais em segundo grau a serem constituídas pela Foz Centro Norte Participações S.A., ("FCNP") nos moldes da Cláusula 4.8.4 acima foi deliberada e aprovada por meio de Reunião do Conselho de Administração de Acionistas da FCNP em [•] de [•] de 2013 ("RCA da FCNP"). A outorga da garantia fidejussória na forma de fiança, pelo percentual de 51% (cinquenta e um por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.8.2 abaixo, e será alterada para o percentual de 100% (cem por cento) da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, que será deliberada e aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Garantidora em 21 de maio de 2013 ("RCA da Garantidora")"

3.5. Em decorrência da Transformação da Espécie das Debêntures, resolvem as Partes alterar a Cláusula 4.1.5 da Escritura, que passam a vigorar com as seguinte nova redação:

"4.1.5. As Debêntures são da espécie com garantia real, conforme disposto nesta

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a large, stylized signature, possibly 'F', and several smaller initials or marks, including 'MDB' and a checkmark-like symbol.

Escritura de Emissão."

3.6. Em decorrência da Transformação da Espécie das Debêntures, resolvem as Partes alterar a Cláusula 4.8.1.3da Escritura, que passam a vigorar com as seguinte nova redação:

4.8.1.3 A Emissora e o Agente Fiduciário celebraram em [●] o [●] Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária e Garantia Adicional Fidejussória a ser Transformada em Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins, para formalizar a transformação da espécie das Debêntures de quirografárias para com garantia real.

CLÁUSULA IV RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [●] de[●] de 2013

(o restante da página foi intencionalmente deixado em branco)

(assinaturas seguem nas 4 (quatro) próximas páginas)

Pela Emissora:



ANEXO II

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD")

A metodologia de cálculo a ser utilizada no cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total (ICSD) seguirá a fórmula determinada abaixo:

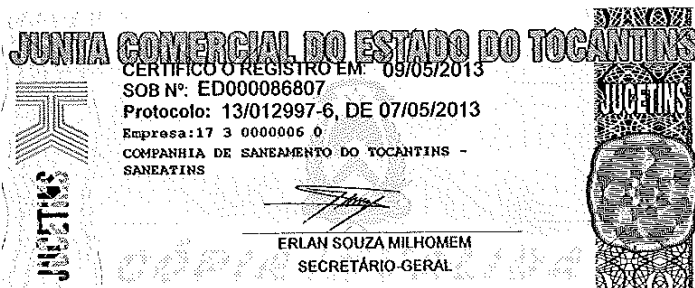
$$\text{ICSD} = \frac{\text{Caixa Inicial do Período} + \text{Fluxo de Caixa Disponível para Dívida Subordinada dos últimos 12 (doze) meses}}{\text{Serviço da Dívida Subordinada dos últimos 12 (doze) meses}}$$

Sendo que:

Fluxo de Caixa Disponível para Dívida Subordinada = Fluxo de Caixa Final Antes de Distribuições para Acionistas e Pagamentos da Dívida Subordinada; e

Fluxo de Caixa Final Antes de Distribuições para Acionistas e Pagamentos da Dívida Subordinada.

Serviço da Dívida Subordinada: Pagamento devido, mesmo que não pago, de juros, principal e comissões das Debêntures



Handwritten signature and initials, including 'M/B'.